

Fórum das Seis entrega pauta a Tadeu Jorge

Rodada inicial de negociação pode ocorrer na primeira semana de maio

Durante ato que marcou o início da Campanha Salarial, realizado em 17/4 diante da Reitoria da Unicamp, a coordenação do Fórum das Seis solicitou audiência com o reitor José Tadeu Jorge, a quem entregou a pauta de reivindicações. O professor Francisco Miraglia, coordenador do Fórum, transmitiu a Tadeu Jorge, atual presidente do Conselho de Reitores (Cruesp), a preocupação do Fórum com os ataques desfechados pelo governo estadual, bem como a expectativa de que os reitores tomem iniciativas mais incisivas em defesa das instituições que dirigem.

“Queremos expressar a nossa imensa preocupação com o ataque feroz, tanto no sentido teórico como prático, à autonomia da universidade”, disse o professor Miraglia, citando a falta de transparência do governo (que desde novembro de 2006 deixou de divulgar os números atualizados da arrecadação estadual), a imposição do Siafem como sistema gestor das contas das universidades, e também o fato de que o projeto que instituiu a São Paulo Previdência (SP-Prev) entraria, naquele mesmo dia, em regime de urgência na Assembleia Legislativa.

“As preocupações políticas são uma parte muito importante do movimento que vamos construir”, acrescentou

o coordenador do Fórum. Ele comentou o fato de que a Unicamp diferenciou-se da USP na reação aos decretos baixados por Serra, posicionando-se de maneira vigorosa: artigos em jornais, carta de diretores de unidades. O reitor Tadeu Jorge observou que o Conselho Universitário também se manifestou (vide p. 2).

O presidente do Cruesp informou à coordenação do Fórum que pretende reunir-se com os reitores da USP e Unesp ainda nesta semana. Com isso, a primeira reunião de negociação entre Cruesp e Fórum poderá ocorrer já na primeira semana de maio. Tadeu Jorge não soube dizer se os secretários de Estado que agora integram o Cruesp participarão ou não da reunião, mas explicou que eles estiveram presentes na última reunião (quando foi eleito presidente do órgão, substituindo a reitora Suely Vilela, que preferiu encerrar antecipadamente o próprio mandato).

Ainda segundo Tadeu Jorge, há um acordo verbal com o governo pelo qual as negociações salariais no âmbito das universidades continuarão a cargo dos reitores, como ocorria antes do “pacote” de decretos de Serra. Na sua interpretação, por serem autarquias de regime especial, as universidades não são afetadas pelo decreto 51.660, que

institui a Comissão de Política Salarial (CPS) e confia as negociações salariais à Secretaria de Gestão Pública.

Mobilização

A necessidade de defender as universidades públicas e reagir ao autoritarismo do governo estadual construindo uma forte mobilização das categorias (estudantes, funcionários e docentes); a implementação de um calendário de lutas; e a exigência de uma atitude mais firme dos reitores diante do que está ocorrendo — foram tópicos mencionados por muitos dos oradores do ato de 17/4. Vários saudaram a vitória conquistada pelos estudantes da Unicamp recentemente (vide p. 4).

Iuriatan Felipe Muniz, do DCE da Unicamp, destacou que se trata de um contexto de ataque a direitos históricos da classe trabalhadora no Brasil. Ele lembrou que a data traz à memória o massacre de Eldorado dos Carajás (assassinato de 19 trabalhadores sem-terra pela Polícia Militar do Pará, em 1996). Vinicius Macario, do DCE da USP, denunciou o fato de que “a assistência estudantil e as políticas de permanência não dão conta da expansão dos últimos anos”.

Marcílio Ventura, do STU, observou que a autonomia melhorou em muito a situação material das universida-

des: antes dela, “vivemos um período em que não se tinha dinheiro para comprar papel higiênico ou cortar a grama”. “Não podemos deixar que com uma canetada só o governo tire a autonomia”, protestou.

Ao falar em nome do Andes-SN, o professor José Zaço traçou um paralelo entre a pauta de reivindicações da entidade nacional e a do Fórum, que segundo ele são semelhantes, pois pedem reajuste salarial e tomam posição contra as reformas — no caso do Andes-SN, universitária, sindical, trabalhista e previdenciária.

Pauta essencial

O professor Milton Vieira, presidente da Adunesp, comunicou que vários *campi* da Unesp tiveram suas atividades paralisadas naquele dia. “Queremos avisar aos reitores que o decreto não caiu do céu”, disse. Segundo ele, a declaração do secretário Pinotti de que “nada vai acontecer” (ou seja, os decretos não sairiam do papel) não condiz com a prática. “A política do atual governo é governar por decreto. O ataque não é uma miragem”.

“Nossa pauta está mais enxada neste ano”, declarou o professor César Minto, presidente da Adusp, “mas contempla aspectos centrais: a defesa do sistema público de educação e a autonomia”,

com maior investimento do Estado (33% da receita de impostos para a educação como um todo), além de melhores condições salariais, de trabalho acadêmico e de inserção social das universidades. Segundo o professor, os decretos de Serra ameaçam como nunca o atendimento dos direitos sociais, portanto é indispensável “somar forças com o conjunto do funcionalismo”.

O professor Edmundo Dias, da Adunicamp, considerou que, no tocante ao desmonte da educação, o governo Serra “é continuação de outros governos, inclusive do governo federal”. Citou como exemplo de ataque a criação do Instituto Microsoft Research-Fapesp: “A grana que deveria ir para pesquisas da Fapesp vai para o instituto, onde uma das linhas de pesquisa é a educação a distância”.

O professor Miraglia encerrou o ato com um informe sobre a reunião com o presidente do Cruesp e uma convocação à luta em “defesa da universidade, da autonomia e dos serviços públicos essenciais”.

Também se manifestaram no ato Alberto de Souza, representante do Sintunesp; Denise Santana, do Sinteps; Neli Vada, do Sintusp; Juliano Finelli, da Fasubra; Maíra Tavares, representando a UNE; Camila, do Conlute.

Assembleia Geral da Adusp

Anfiteatro da Geografia, quinta-feira, 26/4, 16h30

Pauta:

Campanha Salarial • SPPrev • Gatilho

Audiência pública na Alesp:

A reforma da previdência no Estado de São Paulo

Quarta-feira, 25/4, 14h30

Não só a autonomia está ameaçada! Sua presença é importante!

Na Unicamp, diretores e reitor condenam decretos

A Unicamp está se destacando como a universidade pública estadual que mais energicamente se opõe aos decretos do governo Serra. José Tadeu Jorge foi o único dos três reitores a manifestar-se publicamente contra as medidas, em artigos publicados nos principais jornais diários. Outro contundente protesto é a “Carta Manifesto dos Diretores de Unidades Acadêmicas da Unicamp”, assinada por 21 dos 23 diretores.

“A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 207”, destaca logo de início o texto, “define perfeitamente o princípio da autonomia universitária: ‘As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.’”

Para os signatários, tal formulação “contém dois aspectos decisivos”: primeiro, “a universidade firma-se como sujeito capaz de criar e de aplicar a si a sua própria normatividade, tendo como pressuposto a sua vocação de busca de conhecimento crítico e auto-crítico”, e segundo, “a idéia de autonomia implica a indissociabilidade entre três práticas constitutivas da identidade acadêmica: a investigação livre, o rigor teórico e a transmissão do conhecimento através do ensino e da extensão”.

De acordo com os diretores, o “compromisso social é intrínseco ao princípio de autonomia universitária, pois ela se afirma na medida em que tanto a produção quanto a transmissão e a extensão do conhecimento passam por avaliação séria, através da mediação de pares, e são postas a serviço da sociedade”.

Prossegue o Manifesto: “A experiência das universidades estaduais paulistas foi certamente a que mais avançou no sentido da consolidação

da autonomia universitária no Brasil, nessas últimas duas décadas. Após uma longa greve de docentes e funcionários em fins de 1988, o então governador de São Paulo, Orestes Quércia, assinou a autonomia de gestão financeira dessas instituições, através do Decreto no. 29.589, editado em 2/2/1989. Ficou estabelecido a partir de então que as universidades passariam a receber mensalmente 8,4% da quota parte do ICMS arrecadado destinada ao Estado. A partir de 1995, o percentual, que vigora até hoje, passou para 9,57%”.

Para os diretores, o decreto citado representou “a efetuação da autonomia da gestão financeira da Universidade, aspecto essencial do princípio maior da autonomia”. Assim, as universidades “se livraram das incertezas orçamentárias que tumultuavam as comunidades acadêmicas no início de cada exercício”. A carta afirma ainda que ao longo dos anos de vigência da autonomia financeira “as universidades públicas do Estado de São Paulo apresentaram concretamente um desempenho muito positivo”.

“Desse modo”, continua o documento dos diretores, “revelam-se desnecessários e temporâneos os decretos do governador que ferem frontalmente o princípio constitucional da autonomia”, pois “não apenas sinalizam a tentativa de submeter o Conselho de Reitores à tutela da Secretaria de Ensino Superior, mas produzem dois efeitos ainda mais nocivos”.

Separação arbitrária

O primeiro desses efeitos seria “a intervenção sobre a autonomia financeira das Universidades ao dificultar os repasses do ICMS mediante atos difusos de operações financeiras, nas quais fica evidente o propósito de controle burocrático do orçamento”, porque, “ainda que o governo anuncie

FFLCH, ICB, IME e IGc questionam decretos

A Congregação da Faculdade de Filosofia aprovou em 15/2 documento sobre a criação da Secretaria de Ensino Superior. De acordo com ele, suscita apreensão o modo como o decreto está formulado, “estribado numa concepção que, na melhor das hipóteses, funda a criação de um órgão redundante e inócuo no que tange às universidades públicas, pois tudo o que propõe já é feito por elas com a vantagem de fazerem o essencial da sua missão, que ele ignora; ou então, pode representar uma tácita intervenção em instituições que pelo seu desempenho real fazem por merecer a autonomia e a capacidade de iniciativa que reclamam para si”. A criação, além disso, “envolve sérios riscos para a autonomia das universidades públicas tal como vinha sendo praticada até aqui”.

A Congregação do Instituto de Ciências Biomédicas da USP, por sua vez, aprovou ma-

nifesto em que expressa “enorme preocupação com vários dos decretos publicados pelo governador José Serra, cujos teores atingem diretamente a autonomia administrativa, de gestão financeira e patrimonial e didático-científica das universidades estaduais”. A Congregação reivindica a revogação dos decretos 51.460, 51.461, 51.471, 51.636 e 51.660, os quais no seu entender demonstram descaso na relação entre ensino, pesquisa e extensão e “ignoram o papel da pesquisa básica”.

Moção da Congregação do Instituto de Matemática e Estatística, aprovada por unanimidade, afirma ver “com preocupação o conteúdo de diversos decretos, publicados pelo governador Serra”, no tocante ao “atraso no repasse à Universidade da parcela de 9,57% do ICMS correspondente à diferença entre o previsto e o efetivamente arrecadado”, à “suspensão das contrata-

ções de modo sumário, sem a devida discussão com as universidades”, ao “efeito sobre a política salarial da Universidade”, e ao “descaso para com a relação entre o ensino de graduação e a pesquisa básica”. Exprime apreensão, ainda, com o possível comprometimento da autonomia.

Também o Conselho do Departamento de Mineralogia e Geotectônica do Instituto de Geociências da USP aprovou, em 18/4, manifestação de desacordo com os decretos do governo estadual. “Não seria com decretos unilaterais mas com diálogo e interação que o Governo do Estado de São Paulo poderia propor soluções para ampliar e consolidar o Sistema Público de Educação Superior e de Pesquisa do Estado, no melhor interesse do desenvolvimento humano, científico e tecnológico do Estado e do País”, diz o texto, aprovado por unanimidade.

a disposição de acatar os remanejamentos de recursos necessários à gestão cotidiana dessas instituições, a simples obrigatoriedade de anuência do sistema burocrático externo à Universidade para efetuação de seus recursos significa ingerência na ‘autonomia de meios’ fundamental para a ‘autonomia de fins’ garantida constitucionalmente”.

Já o segundo efeito nocivo seria “a transferência das três universidades públicas paulistas da antiga Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico para a recém-criada Secretaria de Ensino Superior, a qual, por sua vez, abriga igualmente as cerca de 500 instituições de ensino superior privadas do Estado”. Tais alterações, “pro-

duzem a separação arbitrária e inaceitável entre ensino e pesquisa ou, o que é pior, deixam-se de distinguir Universidade que produz ensino e pesquisa daquelas que apenas fornecem ensino, que passam a formar a grande massa de filiados da Secretaria de Ensino Superior”.

A carta termina por fulminar o “pacote” de Serra: “Nós, Diretores das Unidades Acadêmicas da Unicamp, não seremos coniventes com essas anomalias institucionais, de duvidosa base constitucional. Nenhum ajuste fiscal que eventualmente interesse ao governo, qualquer governo, assim como nenhuma alegação populista ou demagógica, movida afinal pelo mal disfarçado desejo intervencionista, será bastante para justificar a perda irrepará-

vel daí decorrente: a liberdade de criação científica e cultural das Universidades”.

Na mesma data, o Conselho Universitário (Consu) manifestou “completo desacordo com os decretos do Governo do Estado de São Paulo que dizem respeito à reorganização do ensino superior, por ferirem os princípios da autonomia universitária em seus meios e seus fins”.

O Consu solidarizou-se, na mesma nota, com o Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), repudiando “as declarações desqualificadoras do secretário adjunto da Secretaria de Ensino Superior, o sr. Eduardo Chaves, contra o Cemarx, interferindo com isso na liberdade de criação e de pesquisa da Universidade”.

De novo o PLC 30 e a São Paulo Previdência (SPPrev)

Em 2005, o governador Geraldo Alckmin encaminhou à Assembléia Legislativa (Alesp) três projetos de leis complementares (PLC n.ºs 30, 31 e 32), alterando a legislação previdenciária do Estado em continuidade à tentativa frustrada do governador Mário Covas. Na ocasião, o Fórum das Seis analisou as conseqüências desses projetos, em particular, perdas de direitos dos servidores públicos estaduais provocadas pela criação da SPPrev, prevista no PLC 30.

Embora os projetos mencionados estejam tramitando em

regime de urgência na Alesp, o Executivo está preparando um substitutivo ao PLC 30. A Adusp teve acesso a uma versão preliminar desse substitutivo, e fez uma análise, também preliminar (uma análise detalhada dependerá do acesso ao texto definitivo, e deverá considerar também um substitutivo a ser apresentado pelo PT).

Essa versão preliminar do Executivo cria a SPPrev, que passaria a ser a gestora única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos *titulares de cargo efetivo* (RPPS) e do Regime Próprio

de Previdência dos Militares (RPPM). A nova entidade seria uma autarquia especial “caracterizada por autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos e autonomia nas suas decisões” (Art. 1.º, § 1.º), mas vinculada à Secretaria da Fazenda, “que a supervisionará” (Art. 3.º, parágrafo único).

Assim como o projeto anterior, a nova versão também deixa em aberto vários aspectos, que deverão ser regulamentados — *por decreto* — pelo Executivo. Em particular, não especifica se o sistema será

solidário (por repartição) ou por capitalização. O sistema por capitalização, “menina dos olhos” dos neoliberais, é muito danoso para os trabalhadores de salários mais baixos, que dispõem de menores possibilidades de poupança.

Prática nociva

A versão atual também estabelece que os valores dos benefícios pagos pela SP-Prev serão computados para efeito de cumprimento de vinculações legais e constitucionais de gastos em áreas específicas dos quais os aposentados ou

seus respectivos beneficiários forem originários, podendo “ser deduzidos do repasse obrigatório de recursos” (Art. 25). Ou seja, ela legaliza uma prática nociva utilizada por sucessivos governos, que permite a maquiagem de contas, por exemplo a inflação das estimativas de gastos com a educação ativa. Há muito, a Adusp defende recursos adequados para o atendimento de *todos* os direitos sociais, ao mesmo tempo em que questiona a mistura indevida de contas praticada pelos governantes.

Nesses moldes, a criação da SPPrev não trará qualquer alívio às contas das universidades estaduais paulistas, cujos 9,57% do ICMS têm sido insuficientes.

A nova versão também não faz qualquer referência à dívida do Estado com o Ipesp, que no ano de 1999 já era estimada em “apenas” R\$ 63 bilhões. Embora passe a constar desse projeto que a contribuição do Estado será o dobro do valor da contribuição dos servidores (Art. 31, parágrafo único), quem acredita que um governo que — há anos — não repassa nem os 2% do Iamspe, nem os 6% do Ipesp, contribuirá com 22% dos salários de todos os servidores da ativa?

Ademais, essa atual versão também estará sujeita à Lei Federal n.º 9717, de 1998, que proíbe o pagamento de aposentadorias àqueles que não são titulares de cargos efetivos. Como ficariam os precários ao se aposentarem?

Finalmente, o que aconteceria com os concursados após 2003, no que diz respeito aos direitos e às obrigações previdenciárias? Eles contribuem para a previdência de forma integral, mas o teto atual da aposentadoria é de R\$ 2.894,28. O PLC 30/2005 e a nova versão do Executivo não tratam disso. Seria mais um *decreto* do governador que corrigiria tal injustiça?

Greve na Unimep conquista reintegração dos professores demitidos

Depois de quatro meses e meio de luta e 35 dias de greve, os professores da Unimep chegaram a um acordo com a Reitoria que garante a reintegração dos 148 docentes demitidos no dia 7/12/2006 e o cumprimento do Estatuto e do Regimento da Universidade.

No final da tarde de 18/4, o reitor Davi Barros anunciou que aceitaria a proposta oferecida pelo juiz presidente do TRT-15, com a qual os professores já haviam concordado há um mês, mas o reitor não. À noite, em assembléia da categoria, os professores aprovaram o novo termo da proposta do reitor (em concordância com a do TRT) e deliberaram, por unanimidade, pelo final da greve.

A proposta prevê 12,5% de redução salarial (a partir de 1.º de março) por dois anos, período ao final do qual o salário deverá ser recomposto; estabilidade no emprego até dezembro de 2009; e reinstalação do processo de escolha dos cargos de direção e coordenação, nas faculdades e cursos em que os nomes indicados pelos Conselhos não tinham sido respeitados (a proposta pode ser lida na íntegra no site www.adunimep.org.br).

A luta dos professores teve início com a demissão dos docentes e foi permeada

por solidariedade, disposição e persistência. Aos poucos, conquistou o reconhecimento da comunidade e da justiça que deu ganho de causa 11 vezes à categoria.



Assembléia decreta fim da greve vitoriosa. No destaque, a negociação com o reitor D. Barros (ao centro, cabeça baixa)

Fotos: Adunimep

Ação do Gatilho, ainda

Hora de cobrar da Reitoria o respeito ao direito judicial conquistado

Temos notícia de advogados que estão oferecendo serviços de agilização da Ação do Gatilho para os beneficiários da sentença ganha pela Adusp. Obviamente, esses préstimos, que não são gratuitos, não têm fundamento jurídico algum. Por outro lado, podem tumultuar e atrasar ainda mais o processo de execução de uma sentença já tramitada em julgado, prejudicando todos os envolvidos. Esta ação foi movida pela Adusp por substituição processual, conforme o artigo 5º, XXI da Constituição Federal. Portanto, apenas a Adusp tem legitimidade ativa para executar a respectiva sentença. O andamento do caso, que está sendo devidamente cuidado pela Adusp, é regularmente noticiado pelo *Informativo*

Adusp e por meio da página eletrônica da entidade.

Queremos respeito!

Em 6/2/06 a Justiça recusou o último pedido feito pela USP para embargar a sentença no processo dos Gatilhos Salariais. Em 17/2/06 a USP entregou ao juiz uma listagem dos docentes que, segundo ela, seriam os beneficiados pela ação, juntamente com uma tabela de diferenças salariais devidas, mas contendo irregularidades flagrantes nos cálculos e falhas evidentes na relação de beneficiários.

A partir daí temos feito gestões junto à Reitoria para sanar estes erros e agilizar a execução da sentença. Em 30/6/06 tivemos uma audiência com a Reitoria. No dia 1º/9/06 houve novo encontro, desta vez com

Procuradora da USP e uma representante do Gabinete da Reitoria. Em 15/9/06 encaminhamos ofício à Reitoria, explicitando os aspectos sobre os quais tinha havido acordo na reunião, tratando dos problemas com a lista dos beneficiados, juntamente com uma planilha demonstrando, conforme a sentença, os cálculos da dívida no ano de 1987 e incluindo o resíduo final de 32,96%.

Chega de protelação

Em 25/1/07 esgotou-se o prazo legal para que a USP respondesse os questionamentos que apresentamos sobre seus cálculos e listagem; além disso, o juiz instou-a a comprovar os cálculos do que deve ser pago a cada docente e a comprovação do pagamento, que ainda não foi anexada ao processo. Ao mesmo tempo, até o momen-

to a Reitoria não retomou o diálogo com a Adusp de modo a agilizar a execução do processo.

A diretoria da Adusp convidou os colegas a participarem da próxima assembleia, para encaminharmos formas de pressionar a Reitoria a parar de protelar e passar a providenciar a reparação dos prejuízos salariais que tivemos durante o governo Quêrcia.

Ocupação da Reitoria da Unicamp resulta em vitória dos estudantes

Entre a manhã de 27/3 e a tarde de 30/3, estudantes da Unicamp mantiveram ocupado o prédio da Reitoria. O movimento, que reivindicava melhorias no programa de moradia estudantil, teve início com 60 estudantes, mas cresceu e ultrapassou o número de 300. Eles só deixaram o local após a Reitoria fazer concessões importantes.

A Reitoria afastou a professora Kátia Stancato, coordenadora do programa de moradia estudantil, e se comprometeu a dar início à reforma das residências do Bloco B, que têm problemas estruturais, arcando com os gastos de aluguel, água, luz e transporte dos estudantes que serão desalojados pelas obras. A Reitoria também reconheceu a necessidade de ampliar as

vaças da moradia estudantil, e criou um grupo de trabalho que estudará a ampliação.

Outras duas reivindicações foram contempladas: o reitor José Tadeu Jorge se posicionou publicamente sobre os decretos do governador José Serra que atacam a autonomia universitária, em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* (6/4); e a próxima reunião do Conselho Universitário colocará em pauta a posse dos representantes discentes nos conselhos centrais da universidade, que até então não eram reconhecidos pela Reitoria, e o controle dos estudantes sobre o respectivo processo eleitoral.

Segundo a estudante Mariana Martins, do DCE da Unicamp, “a ocupação cumpriu o papel de mostrar que a mobilização pode trazer conquistas”.

Pauta unificada – 2007

O Fórum das Seis definiu três eixos prioritários para a Campanha Salarial deste ano, explicitados a seguir.

1) Defesa da construção de um Sistema de Educação Pública Paulista e da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza (conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988):

- 1a) manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- 1b) não fragmentação dos diversos níveis de ensino; e
- 1c) revogação dos decretos do governo José Serra.

2) Aumento do investimento do Estado na Educação pública em geral – 33% da receita total de impostos, incluindo 11,6% do ICMS para as universidades estaduais e 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza:

- 2a) dotação orçamentária específica, incluída no percentual destinado às universidades e ao Centro Paula Souza para a consolidação da expansão de vagas já realizada;
- 2b) dotação orçamentária específica para garantir políticas de permanência estudantil e sua ampliação nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza;
- 2c) contratação, por concurso público, de docentes e funcionários técnico-administrativos, objetivando a elevação da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- 2d) manutenção de isonomia salarial e paridade entre aposentados e pessoal da ativa;
- 2e) adoção de políticas efetivas para combater a sonegação, a corrupção e a evasão fiscais.

3) Criação de melhores condições de salário, de trabalho acadêmico e de inserção

social para as universidades estaduais e o Centro Paula Souza:

3a) reajuste de 3,15% (para voltar ao poder aquisitivo de maio/2006) mais a **incorporação ao salário** de parcela fixa, de acordo com as seguintes diretrizes:

I. para os docentes, incorporação **no salário base** de parcela fixa, conforme a tabela a seguir

Regime de trabalho	Parcela fixa (em Reais)
RTP	200 / 5,7691 = 34,67
RTC	200 / 2,2727 = 88,00
RDIDP	200

II. para os funcionários técnico-administrativos, incorporação **no salário base** de R\$ 200,00 para as jornadas integrais e, para as outras jornadas, parcela fixa proporcional à razão entre a jornada em questão e a jornada integral;

3b) revogação de políticas que terceirizam e precarizam o trabalho;

3c) democratização da estrutura de poder nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza;

3d) preservação da vinculação dos Hospitais Universitários com as universidades, aprimorando seu caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, com financiamento público adequado para o seu funcionamento, mantendo-os como importante instrumento da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; e

3e) manutenção e aprofundamento do vínculo do Centro Paula Souza à Unesp (conforme a Resolução Unesp 63/95).